

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CONERH

No dia 04 de Junho de 2020, através da Plataforma virtual Teams, devido à pandemia de Coronavírus, ocorreu à décima oitava reunião extraordinária do CONERH. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: Análise e aprovação das Atas da 41ª e 42ª Reuniões Ordinárias e 17ª Extraordinária; Indicação da Representação do CONERH para atuar no Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e de Biodiversidade; Análise e aprovação da Resolução CONERH que trata sobre reunião da plenária de forma virtual; Análise e aprovação da Resolução CONERH nº 121, de 28 de abril de 2020, que aprovou *ad referendum* as ações do Programa de Consolidação do pacto Nacional para Gestão das Águas – PROGESTÃO – 2º Ciclo; Prorrogação do Mandato dos Conselheiros e Membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas, até finalização do processo eleitoral; Análise e aprovação do edital de Eleição do CONERH 2020/2024, aprovado pela CTIL; Definição da data da 44ª Reunião Ordinária do CONERH; Informes; O que ocorrer.

Miriã Caetano da Silva - SECEX iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, deu boas vindas aos presentes, sinalizou que esta é a primeira reunião do ano, pois devido ao estado de emergência da pandemia de coronavírus e as restrições para a realização de reuniões presenciais, estas tiveram que ser canceladas, porém a SECEX decidiu retornar as atividades dos Colegiados por meio das reuniões de forma remota.

João Carlos da Silva – Secretário SEMA pontuou que a SEMA aderiu ao recurso das reuniões online e vídeo chamadas, e vai estender para as reuniões dos diversos Conselhos e Câmaras técnicas do Meio Ambiente, para que sejam viabilizadas nesta época de quarentena, em que o isolamento social é a principal estratégia para conter a disseminação do Covid-19. Disse que esse é o momento para que seja feita uma reflexão da realidade em que todos vivem e buscar estratégias, sobretudo na área ambiental, que precisa ser repensada e

reestruturada do ponto de vista social, cultural e econômico. Aproveitou a oportunidade para anunciar uma importante ação de revitalização do Rio Salitre. Esclareceu que a Bacia do Rio Salitre, que nasce no município baiano de Morro do Chapéu e deságua no Rio São Francisco, será beneficiada com o Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas, com investimento de R\$ 8,3 milhões, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a Sema e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), que tem o objetivo de desenvolver ainda este ano ações hidroambientais e sociais para a região, que irão ampliar a disponibilidade hídrica, cobertura florestal, proteção de nascentes e áreas de recarga, bem como beneficiar comunidades rurais e apoiá-las na produção e beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade.

Miriã Caetano da Silva – SECEX passou para o primeiro ponto de pauta referente à aprovação das atas 41^a, 42^a reuniões ordinárias do CONERH e da 17^a Reunião Extraordinária do CONERH, informou que as atas foram encaminhadas por e-mail na convocação da reunião e perguntou se alguém tinha alguma consideração referente às atas, pois a SECEX não havia recebido nenhuma consideração por e-mail. Não houve nenhuma consideração por parte dos conselheiros sendo assim, as atas foram aprovadas por unanimidade.

Foi proposta a inversão de pauta, para primeiro ser analisada a minuta de resolução da reunião do Conselho de forma virtual, a fim de garantir a validade desta reunião. Passou-se para a leitura da resolução. Foram feitas algumas contribuições e sugestões pelos conselheiros como: previsão que as reuniões virtuais serão também para os grupos de trabalho, sendo acrescentado nos dispositivos do texto original. O Artigo 2º também houve uma alteração de redação, ficando da seguinte forma: As reuniões virtuais ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo presidente, na forma e nos prazos estabelecidos no Regimento Interno do CONERH, garantindo-se a ampla divulgação nas redes sociais e outros meios de informação. Ainda neste artigo houve a inserção de um §2º com a seguinte redação: Será assegurada o uso de plataforma, previamente informada aos Conselheiros, que permita a

61 discussão, votação e garanta a participação dos mesmos e demais
62 interessados. No artigo 6º houve alteração na redação, ficando o texto da
63 seguinte forma: A Reunião Plenária Virtual será gravada na íntegra para
64 elaboração da ata e para consulta online a todos interessados, inclusive com
65 envio de link por email à todos Conselheiros do CONERH. Após contribuições
66 e ajustes a resolução referente à realização das reuniões do conselho de forma
67 virtual, houve duas propostas de encaminhamentos para votação: Proposta
68 nº1: Resolução com sugestões incorporadas com as proposta pela plenária do
69 CONERH; Proposta nº 2: Resolução com dispositivo específico em que os
70 comitês poderão utilizar a resolução, as propostas foram colocadas em votação
71 e foi aprovada por unanimidade a proposta nº 1.

72 O próximo ponto de pauta foi à indicação de um titular e um suplente para
73 representar o CONERH no Fórum Baiano de Mudanças Climáticas - FBMC

74 Clarissa Amaral - Superintendente de Inovação Tecnológica e
75 Desenvolvimento Ambiental (Sida/Sema), apresentou a proposta de reativação
76 do Fórum, que deverá ser publicada em Diário Oficial na sexta-feira (05), Dia
77 do Meio Ambiente. Salientou que as ações desenvolvidas pela Sema têm o
78 objetivo de contribuir para elaboração de políticas e programas que possam
79 colaborar com a prevenção, mitigação e adaptação aos impactos associados
80 às mudanças. Pretende-se descentralizar essas discussões com a
81 regionalização dos debates sobre o tema. Já estar dialogando com
82 representações ambientais do Sul do Estado, com dois territórios de
83 identidades e vai ser ampliada a discussão para toda Bahia. Esses
84 representantes devem promover a divulgação do Fórum junto aos diversos
85 setores da sociedade, através da realização de reuniões ordinárias, workshops,
86 seminários e cursos, e de discussões sobre o consumo sustentável e a
87 capacidade de suporte dos ecossistemas e valoração de recursos ambientais.
88 Candidataram-se a vaga do FBMC Manoel Ailton Carvalho – Comunidade
89 Quilombola e Evilásio Fraga – FAEB, após votação com 13 votos Evilásio
90 Fraga foi escolhido como Titular e Manoel Ailton com 03 votos foi escolhido
91 como suplente.

92 Tiago Hiroshi – EMBASA pontuou que a Embasa fez indicação para
93 representação nesse fórum, por solicitação da SEMA. No entanto Miriã não

94 citou a Embasa como integrante-base indicado no decreto. Pediu a SEMA que
95 verifique essa questão.

96 Passou-se para o ponto de pauta referente à prorrogação do mandato dos
97 membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

98 Mariana Vidal – SEMA pontuou que este é um ponto de pauta para a Reunião
99 Fórum Baiano de Comitê de bacias Hidrográficas – FBCBH que estar prevista
100 para o dia 30/06, talvez uma possibilidade de encaminhamento para que vocês
101 votem e deliberem nesse sentido, seria aguardar a decisão do FBCBH, pois
102 poderia ter um encaminhamento único para alinhar as questões de datas de
103 renovação e datas de posse.

104 Ana Odália – FBCBH pontuou que no caso do Comitê do PIJ do EXtremo Sul
105 da Bahia já foi feito todo o processo inicial com o comitê e o mesmo optou pela
106 prorrogação do mandato no prazo de um ano. Disse ainda, que primeiro os
107 comitês tem que deliberar sobre o assunto, depois faz a reunião do FBCBH e
108 posteriormente o CONERH já colocar dentro de uma perspectiva já deliberada
109 nos comitês. Salientou que esta questão de prazo pode ser conversada lá no
110 FBCBH para poder tomar essa decisão, mas isso tem que ser dentro de uma
111 tramitação legal.

112 Miguel Polino - Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas
113 pontuou que foi representado pela fala de Ana Odália. No Comitê do
114 Recôncavo Norte a última reunião foi no final do ano e ninguém previa que ia
115 ter uma pandemia.

116 Thamires Gomes– INEMA/CODIS pontuou que tanto o Comitê do Recôncavo
117 Norte como o Recôncavo Sul são os primeiros a vencer os mandatos e o
118 Recôncavo Norte não tem previsão nem de reunião, então teria que vê com o
119 presidente se tem previsão de uma reunião virtual, pois vencido o mandato eles
120 ficam impossibilitados de fazerem inclusive reuniões.

121 Sérgio Bastos – COFIC e Presidente do CBH Recôncavo Norte e Inhambupe,
122 esclareceu que o comitê deve ter uma reunião em breve ainda em Junho, no
123 máximo no início de Julho para ter uma decisão e colocar esse assunto em dia.

124 Miriã Caetano da Silva- SECEX pontuou que pelas discussões e pelas falas já
125 se percebeu que não é consensual que hoje aqui decida sobre datas e prazos,
126 então volta a dizer que tem uma reunião já agendada do FBCBH esse ponto

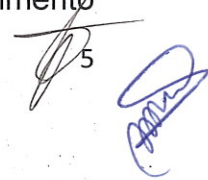
127 está nessa reunião e logo após a reunião do FBCBH poderia voltar a reunião
128 CONERH já com o consenso onde os presidentes a partir das reuniões com
129 seus comitês trariam o ponto de vista do comitê. E com a reunião virtual é mais
130 fácil de agilizar a possibilidade de se reunir, então propõe que leve o ponto
131 primeiro para a instância deliberativa dos comitês, do FBCBH e depois venha
132 para o CONERH de forma mais consensual para ser deliberada.

133 Evilásio Fraga – FAEB registrou que já se viveu isso anteriormente, e o
134 procedimento que foi orientado e discutido nesse Conselho em relação a uma
135 situação semelhante a essa, é que os Comitês tem que deliberar se querem
136 prorrogar o mandato ou não, mas ele deliberando só tem validade depois que o
137 CONERH apreciar a matéria, então a prorrogação é validada no CONERH,
138 enquanto isso não for feito a prorrogação não está ativa. E no caso específico
139 do Paraguaçu já foi deliberado pelo comitê em plenária pela prorrogação de um
140 ano e o Comitê já enviou a resolução para a CODIS dar a publicidade e os
141 encaminhamentos necessários.

142 Anselmo Caires – FBCBH pontuou que o mandato vai vencer e se não for
143 renovado o comitê fica sem presidente e consequentemente parado. A
144 prerrogativa de decidir ou não depende da plenária do Comitê, conforme
145 Evilásio falou. Então se o comitê deliberou já está pela prorrogação de um ano
146 cabe ao CONERH validar, isso não cabe aos comitês. Desta forma não justifica
147 o que já está deliberado esperar outra reunião, deveria ser deliberado nesta
148 reunião de hoje e os que não deliberaram no Comitê aguardam. Pois, não cabe
149 ficar prorrogando uma decisão que é prerrogativa do Comitê de deliberar e
150 pedir o aval do CONERH, para que discutir mais. Pontuou que este ponto faz
151 parte da pauta da próxima reunião do FBCBH no dia 30/06, então falta aqueles
152 comitês que não decidiram ad referendum para tornar válido e deliberar o mais
153 rápido possível no Comitê para fazer a prorrogação dos mandatos dos todos
154 comitês conjuntamente.

155 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que na pauta não consta a
156 validação do mandato por cada comitê e não tem aqui individualmente o
157 requerimento de cada comitê, porque é fato que cabe ao CONERH validar a
158 prorrogação do mandato dos comitês. O requerimento que veio foi de uma
159 forma consensual, inclusive no quadro apresentado, então vê um impedimento

5



160 aí de subsidio de votar por cada mandato. Então tem que se buscar um
161 consenso de encaminhamento. Quando se falou no FBCBH é porque se
162 imaginava que de lá já vinha isso mais definido e uniforme onde pudesse aqui
163 tratar de uma forma mais deliberativa. E a SECEX se comprometeu em
164 convocar uma reunião extraordinária para não prejudicar e comprometer os
165 prazos. Todos concordaram com o encaminhamento de após apresentação no
166 FBCBH e depois encaminhado para o CONERH para validar a prorrogação do
167 mandato dos membros dos comitês.

168 Miguel Polino - Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas
169 pontuou que continua a insistir que o Comitê do recôncavo tem que fazer uma
170 reunião para discutir esse assunto para que o presidente do Comitê vá para o
171 FBCBH com a deliberação aprovada pelo comitê.

172 Alessandra Chaves – AIBA pontuou que a Bacia do Grande terá uma reunião
173 dia 26/06 e disse que pode se comunicar com o presidente do comitê para vê
174 como conduz esse assunto, não só na Bacia do Grande como também na
175 Bacia do Corrente

176 Miriã Caetano da Silva - SECEX passou para o próximo ponto de pauta
177 referente à minuta do edital de eleição do CONERH, mandato 2020/2024,
178 pontuou que este edital passou pela CTIL, foi um ajuste feito ao último edital
179 que já atendia ao que já tinha sido discutido anteriormente, e agora foram feitos
180 alguns ajustes. Esclareceu que até ontem não recebeu contribuições para o
181 edital, mas o momento é esse, para que se possa fazer adequações ou ajustes
182 ao edital que foi apresentado anteriormente. Perguntou se os conselheiros
183 teriam alguma contribuição para ser feita ao edital?

184 Evilásio Fraga – FAEB por questão de formalidade, pontuou que saiu da pauta
185 o ponto da prorrogação dos mandatos e vai ser apreciado em uma outra
186 reunião. Pelo adiantar da hora e como a eleição do CONERH ainda será mais
187 para frente, sugeriu que este ponto de pauta também seja retirado e seja
188 apreciado em outra reunião, é uma sugestão de encaminhamento.

189 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que para a SECEX tudo bem este
190 ponto de pauta passar para uma próxima reunião, inclusive esclareceu que já
191 existe uma proposta de data para a reunião ordinária do CONERH, ainda que
192 virtual, então na pauta dessa reunião já incluiria o edital e todos terão o tempo

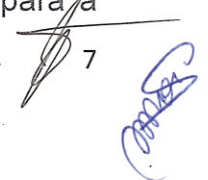
193 maior para examinar a minuta do edital de eleição. Todos concordaram com
194 encaminhamento proposto. O próximo ponto da pauta refere-se à definição de
195 data da reunião ordinária do CONERH, apresentou a proposta do dia
196 09/07/2020, de forma virtual, provavelmente, já que acredita-se que com trinta
197 dias se consiga mudar esse quadro. Mas já voltaria a realizar as reuniões do
198 Conselho para também não ficar muito distante dessa reunião, todos
199 concordam. Nessa data inclusive seria deliberado em relação ao calendário de
200 reuniões do CONERH já considerando o cenário a época. A plenária concordou
201 com a data sugerida e A SECEX encaminhará a convocação para o dia 09 de
202 julho conforme definido.

203 Passou para a análise e aprovação da resolução CONERH, que o Secretário
204 como presidente deste Conselho aprovou ad referendum o Progestão Ciclo 2,
205 informou que anteriormente, explicou as razões e fundamentações de ter sido
206 assim aprovado considerando o prazo que havia sido estabelecido pela ANA e
207 teve que cumprir o prazo, em razão disso não deu para convocar se quer uma
208 reunião extraordinária, então agora passou a palavra para a equipe fazer as
209 considerações.

210 Eduardo Topázio – INEMA pontuou que na realidade trata-se de um ciclo anual
211 e o INEMA tem que sempre fazer um relatório para a ANA. O Progestão trata-
212 se de um programa nacional, onde o INEMA, o Governo do Estado da Bahia
213 está incorporado nesse processo, possui prazos e por conta dessa pandemia
214 houve uma interrupção dessas atividades regulares do INEMA e em função do
215 prazo teve que mandar essa aprovação ad referendum, pois era única saída
216 para cumprir o prazo estabelecido pela ANA. Se colocou a disposição para
217 esclarecer qualquer dúvida em relação ao relatório, imagina que os
218 conselheiros tenham recebido os relatórios, o ponto focal do INEMA, é Ângela
219 Timbó também está acompanhando a reunião, a qual foi responsável pela
220 elaboração desses relatórios. Sugeriu, por ser uma apresentação extensa, que
221 a mesma fosse pautada para uma próxima reunião do Conselho ou para uma
222 Câmara Técnica, por causa justamente do avançar da hora.

223 Evilásio Fraga – FAEB pontuou que esse relatório vem sendo analisado
224 sistematicamente, é um programa de longo prazo que tem trazido recurso para
225 o Estado e está inclusive no ponto de vista dele trazendo benefícios para a

7



gestão de recursos hídricos e está sendo colocados pontos nas pautas da gestão que antes não estava conseguindo operacionalizar. Foi uma decisão ad referendum do secretário, então é a obrigação neste momento aqui é apreciar e validar o ad referendum ou não, como se trata de uma questão burocrática. Diante disso, perguntou a SECEX se é preciso analisar hoje do ponto de vista legal ou não. Se não for necessário apreciar hoje e não tiver problema de questionamento do ad referendum, propôs que transfira esse assunto para próxima reunião em razão do adiantar da hora. Se de fato tiver que apreciar hoje, por questões legais propôs que se faça a apreciação de maneira expedida e delibere, porque realmente é um ad referendum que houve por uma circunstância da crise da pandemia e não é uma situação diferente do que se viveu o ano passado que é analisar o relatório feito pelo INEMA e depois dar seguimento.

Sérgio Bastos – COFIC concordou com o que Evilásio colocou e teria duas questões simples para tirar dúvidas muito fáceis de ter resposta e fecharia isso hoje.

Miriã Caetano da Silva – SECEX no regimento a previsão é de que tão logo tenha a reunião seguinte após a aprovação ad referendum que seja levado este ponto para a reunião. Sinalizou que esta reunião de hoje é extraordinária, e esclareceu que os conselheiros votaram agora a reunião ordinária deste Conselho para o dia 09/07, então volta a dizer que esta situação é excepcional e desta forma é para ser tratada como excepcional, então ela será fundamentada assim e acha difícil de ter impedimentos legais que nesse momento tenha questionamentos e concorda com Topázio que são muitos números embora muitos já conheçam, diante disso propôs a convocação da CTPPP para que esta se debruce melhor sobre detalhes dos relatórios e no dia 09/07, a primeira reunião ordinária após ad referendum esse ponto retorne pela pauta, inclusive com a apresentação da relatoria da CTPPP que seria melhor para apreciação do CONERH

Sérgio Bastos – COFIC esclareceu que entende o momento que todos estão passando, mas está carregando a próxima reunião, aí daqui a pouco vai ficar adiando outras coisas que tenham que entrar em pauta. Disse que acha fácil resolver esse assunto agora, olhando o que foi o ano passado que já foi

259 deliberado sobre isso, dificilmente se alteraria quase nada do que estar aí,
260 então dar para ser deliberado hoje. Tem-se quórum o assunto deve ser
261 deliberado nesta reunião.

262 Renato Andrade – CREA pontuou que concorda com a proposta apresentada
263 pela SECEX de que haja uma apresentação para os conselheiros para manter
264 atualizados sobre a execução do programa e não tem essa necessidade de
265 hoje fazer essa análise e aprovação, certamente ela será aprovada, mas é
266 importante essa apresentação para nivelar as informações para todos os
267 conselheiros.

268 Miriã Caetano da Silva – SECEX colocou em votação a proposta nº 1 –
269 aprovação e homologação da resolução do CONERH nº 121 que aprovou *ad*
270 *referendum* o Progestão - 2º ciclo conforme apresentado nessa plenária;
271 proposta nº 2 - aprovação e homologação da resolução do Progestão
272 CONERH nº 121 que aprovou *ad referendum* o Progestão - 2º ciclo, após
273 exame da Câmara Técnica. A votação foi encerrada sendo aprovada com 13
274 votos a proposta nº 2. Tendo encerrados os pontos previstos nessa pauta,
275 Agradeceu a todos pela compreensão e se comprometeu que a SECEX vai
276 garantir cumprimento de horário e tentar corrigir possíveis falhas para melhorar
277 essas reuniões virtuais.

278 Larissa Cayres – SEMA em relação ao projeto de revitalização da Bacia do
279 Salitre e fazendo um breve histórico em função da relação da SEMA com o
280 Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR e em função do Programa
281 Água Doce, este Ministério com o objetivo de implementar o programa nacional
282 de revitalização de bacias abriu a possibilidade e convidou e solicitou que o
283 Estado da Bahia, o Estado de Minas Gerais e o Estado do Rio Grande do Sul
284 apresentasse uma proposta relacionada a questão da revitalização e indicou
285 que tinha muito interesse em trabalhar na Bacia do São Francisco, ou seja, que
286 essa proposta contemplasse algum rio das bacias do São Francisco. Disse,
287 ainda, que como foi colocado pelo Secretário, anteriormente, teve muito
288 pouco tempo para discutir, principalmente com os Comitês como seria essa
289 proposta, mas a Sema não poderia de forma alguma perder uma oportunidade
290 dessa de buscar um financiamento para uma ação, principalmente, voltada
291 para a revitalização das bacias e que por essa razão o Secretário,

292 imediatamente, convocou a equipe técnica para elaborar a proposta. Trata-se
293 de um convênio para ser assinado ainda, durante o mês de junho com o MDR,
294 esse convênio terá a duração de três anos e envolve então recursos que
295 somam R\$ 8,3 milhões. Uma das solicitações do Ministério é que seria
296 importante se o Estado já tivesse algum instrumento ou ferramenta que
297 orientasse o processo de revitalização de Bacias. Aqui no Estado da Bahia
298 tem-se aprovado no ano de 2005 o Plano Estadual de Recursos Hídricos e
299 uma das linhas desse plano é exatamente a questão da revitalização de Bacias
300 que indica que as ações serão executadas por meio de programas. É claro
301 que em uma negociação dessa o Estado, por meio da SEMA, precisou
302 apresentar um valor de contra partida. Então, para atender essa condição a
303 SEMA vai trabalhar e elaborar um documento base do Programa Estadual de
304 Revitalização de Bacias. Na proposta da SEMA está prevista que o CONERH
305 acompanhará este documento base. Nessa fase inicial pretende-se uma
306 fotografia do Estado da Bahia no que tange a questão da degradação das
307 bacias, vai tratar na verdade das RPGA'S em seus estágios de degradação e
308 esse documento base também tratará e apresentará ações prioritárias e
309 estratégias de revitalização para todas as RPGA'S do Estado. Nessa
310 construção o Estado conta com a participação do CONERH, dos Comitês de
311 Bacias, do FBCBH na elaboração deste documento. Uma segunda meta que
312 este projeto apresenta, e aí já entrou com o Salitre é de fato a implementação
313 de ações de revitalização na bacia do Salitre e aí está se falando de ações de:
314 cercamento de APP'S; instalação de sistemas agro florestais; instalação de um
315 viveiro escola com objetivo de produzir mudas da caatinga, salientando que
316 nesse momento inicial de discussão, onde foi se buscar alguns locais que
317 pudesse comprar mudas de caatinga, houve uma grande dificuldade, além
318 disso, a ideia de trabalhar o viveiro escola é inserir a questão da educação
319 ambiental voltada para a revitalização das bacias; além disso serão
320 trabalhadas também a questão da sociobiodiversidade e este foi um ponto que
321 o Secretário fez questão de logo no início das conversas colocar, solicitando
322 inclusive que o projeto contemplasse uma proposta que haja o envolvimento
323 direto da comunidade da bacia nas ações a serem desenvolvidas, proposta
324 para criar ou melhorar uma unidade de beneficiamento de alguns dos produtos

325 já historicamente trabalhados e cultivados pelas comunidades salitreiras, então
326 a ideia é discutir qual será o produto com o próprio comitê ressaltando que lá
327 estão representados também a Sociedade Civil da Bacia do Salitre, juntamente
328 com as comunidades que vão trabalhar, vai ser elaborado um plano de
329 negocio, com a intenção de fortalecer toda a cadeia produtiva da
330 sociobiodiversidade. Além disso, está previsto para este projeto também
331 capacitações. O plano de bacias do Salitre apontou a necessidade de trabalhar
332 o tema de agrotóxico, pois sabe que é uma realidade, infelizmente presente na
333 bacia do Salitre que é o uso inadequado de insumos agrícolas muitas vezes
334 nas produções e foi feita a proposta de capacitações para serem realizadas em
335 toda a bacia onde vai ser discutido a questão do agrotóxico e do manejo do
336 solo, a questão do associativismo e, além disso, mais uma vez ressaltou que
337 nenhuma das ações que estão sendo propostas para o projeto foram tiradas da
338 equipe técnica, mas sim foram retiradas e estabelecidas através das indicações
339 expostas pelo Plano de bacias enquanto ações prioritárias a serem
340 implementadas na Bacia do Rio Salitre. Pontuou a questão do saneamento
341 rural como causa inclusive da contaminação e degradação da qualidade
342 daqueles rios, rios intermitentes que também sofrem com a questão da
343 qualidade das suas águas, então foram proposto neste projeto à instalação de
344 banheiros secos, são quase 150 unidades, sabe-se que dentro do universo que
345 o plano de bacia apontou ainda é pouco, mas é um inicio e o plano de bacia
346 indica também uma carência de 35 mil unidades sanitárias somente no
347 município de Campo Formoso e isso chamou atenção da equipe técnica e foi
348 decidido por propor ao Ministério de Desenvolvimento Regional - MDR a
349 instalação de mais de 100 banheiros secos. Quando foi enviada a proposta do
350 projeto para o MDR um dos itens do projeto que se precisa preencher é como o
351 projeto será monitorado e acompanhado e nesse espaço foi indicado que o
352 Comitê de Bacia do Rio Salitre como ente integrante do Sistema Estadual de
353 gestão que acompanhará e monitorará junto com a equipe técnica do projeto,
354 junto com o INEMA que é interveniente do convênio e a SEMA conta muito
355 com o apoio do Órgão executor, inclusive com o envolvimento da UR de
356 Juazeiro e além da SEMA ter feito essa indicação o Ministério apontou como
357 um aspecto positivo a indicação do comitê de bacia ser inserido desde o início

358 da execução. Concluiu se colocando a disposição do Comitê do Salitre para
359 participar da próxima reunião do comitê para fazer uma apresentação e
360 discussão mais detalhada sobre o projeto e da mesma forma se colocou a
361 disposição do CONERH por ventura em uma próxima oportunidade detalhar a
362 construção do programa de revitalização de bacias, do documento base, e qual
363 o papel do Conselho. Agradeceu a todos e se colocou a disposição para
364 perguntas.

365 Evilásio Fraga – FAEB solicitou questão de ordem, pois a convocatória da
366 Reunião estava prevista que a reunião iria terminar 12h, e esta se trata de uma
367 reunião extraordinária e em reunião extraordinária não se acrescenta pauta e
368 nem tem o que ocorrer. Esse assunto é importante, relevante e já está próximo
369 de 14h, então sugeriu parar para almoçar e retorna ou passar esse assunto
370 para outra reunião.

371 Manoel Ailton Rodrigues – Comunidade Quilombola pontuou que a proposta é
372 muito interessante, mas queria contribuir, pois está preocupado com o tempo,
373 com os problemas técnicos e de não poder se manifestar e é muito importante
374 neste momento a participação do Comitê de Bacia do Salitre que acompanhou
375 a construção de todo plano de bacia. Pontuou que a bacia tem o plano e
376 também tem o Projeto que beira esse programa do MD, que foi elaborado pela
377 câmara CTPPP do Comitê baseado no plano e com as principais questões
378 para a revitalização da bacia do Salitre e que foi aprovado pelo Ministério do
379 Meio Ambiente como, por exemplo, os barramentos irregulares dentro da bacia
380 que são muitos e detonaram o curso natural das águas e que continua e disse
381 que pode apresentar a equipe técnica da SEMA. Também envolve esse projeto
382 a questão do cadastramento de usuários, a questão das unidades de
383 conservação que está sendo totalmente atropelada pelas eólicas. Diante disso,
384 o comitê precisa estar envolvido nesse programa de revitalização, pois o
385 comitê que está na base, é o eixo do sistema que está na ponta e é necessário
386 alinhar, isso não pode ser algo só pensado no gabinete, tem que ser pensado
387 pelas instituições que representam comitê que é composto por três segmentos
388 diferentes e é necessária a soma de conhecimentos de todos os segmentos.
389 Frisou a necessidade de repensar a questão da representação e da

representatividade, porque na hora de um programa como esse é necessário ter as diversas visões da bacia e o que realmente precisa ser feito.

Sérgio Bastos – COFIC pontuou que entende o que a SEMA fez e teve que fazer desse jeito mesmo, por causa da questão da pandemia, mas é importante os itens que tem que se abordar mas o peso e a prioridade entre eles, pois na hora de executar quando faz o orçamento alguma coisa foge, talvez se planeje dez itens e só consiga executar 8. Essa prioridade essa intensidade de cada item cabe ao comitê de fato e na opinião dele está em aberto e é o comitê que tem que dar esse tom. A proposta pode ter sido acertada em tudo, olhou o plano de bacia, mas a dose e a sequência é o comitê que tem que dar e isso tem que estar preservado, o que não pode é levar muito tempo se não perde a oportunidade, pois tem prazo, mas a atenção do comitê tem que ter.

Miriã Caetano da Silva – SECEX concordou que esta reunião por ser extraordinária não cabe mais consideração que já foi feita aqui em relação ao assunto e pode ser colocado como ponto da próxima reunião ordinária e Larissa faria uma exposição mais detalhada do projeto e todos concordaram. Agradeceu a participação de todos e a compreensão, principalmente, pois ocorreram alguns problemas técnicos, mas a reunião foi muito produtiva, pois conseguiu cumprir a pauta.

João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da SEMA agradeceu a todos e também pediu desculpas porque esse é um processo de aprendizado e quando se depende de tecnologia as vezes fica muito vulnerável, não imaginava o que aconteceu hoje. Ratificou o agradecimento e falou para todos se cuidarem..

A reunião foi encerrada. Esta ata será assinada pelo Presidente do CONERH e pela Secretária Executiva.

Presidente do CONERH: João Carlos Oliveira da Silva

Secretária Executiva: Miriã Caetano da Silva

Membros:

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima - INEMA

Eduardo Topázio - INEMA

Ericka Costa Martins - SESAB

Taís Gouveia – SDE

- 423 Sahada Josephina Luedy - SECTI
- 424 Mateus Almeida Cunha – SEDUR
- 425 Gertha Merícia Rios Pinheiro de Almeida - PGE
- 426 Anselmo Barbosa Caires - FBCBH
- 427 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH
- 428 Silvio Santos - FBCBH
- 429 Evilásio fraga - FAEB
- 430 Alessandra Chaves – AIBA
- 431 Demóstenes Miranda de C. Filho – CETREL
- 432 Thiago Hiroshi de Oliveira - EMBASA
- 433 Cláudio Murilo Xavier - FIEB
- 434 Sérgio Almeida Bastos – COFIC
- 435 Sérgio de Rezende Hórtelio -BRASKEM
- 436 José Luiz Sanches Junior – Bahia Pesca S.A
- 437 Antônio Puentes Torres - UFBA
- 438 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – ACOSMQST
- 439 Miguel Polino – Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas
- 440 Jorge Luiz Farias – ABENFAC
- 441 Iajima Silena Soares Santos - ASSANCRI
- 442 Renato dos Santos Andrade – CREA/BA